

5. Exploração crescente, super-exploração e a redução do valor da força de trabalho

Nas últimas décadas, marcadas pela estagnação e declínio do capitalismo, vimos uma ofensiva cruel da classe capitalista contra a classe trabalhadora em escala mundial em todos os continentes. Tanto nos países imperialistas ricos quanto nos países semicoloniais mais pobres, os capitalistas aumentaram a taxa de exploração – isso significa que obtiveram um lucro maior aumentando a taxa de valor excedente (ou seja, a proporção de tempo de trabalho não remunerado apropriado pelo capitalista em relação ao tempo de trabalho remunerado recebido pelos trabalhadores na forma de salários).

Marx e o rebaixamento dos salários abaixo do Valor da Força De trabalho

Marx já explicou no *Capital* Vol. III a importância de os capitalistas aumentarem o grau de exploração dos trabalhadores como ferramenta para combater a tendência de queda da taxa de lucro. No Capítulo XIV ele menciona seis meios importantes para os capitalistas: i) "*Aumento no grau de exploração do trabalho*", ii) "*rebaixamento dos salários abaixo do seu valor (ou seja, o valor do poder de trabalho)*", iii) "*Barateamento de elementos de capital constante*", iv) "*Relativa super-população*", v) "*Comércio exterior*" e vi) "*O aumento do capital social*".¹

Dado o contexto deste livro, não vamos lidar aqui com o barateamento de elementos de capital constante e o aumento do capital social. O papel do comércio exterior é muito importante para os capitalistas e será tratado abaixo. O aumento do grau de exploração do trabalho, a força dos salários abaixo do seu valor e o relativo excesso populacional, todos afetam diretamente o salário e a condição de trabalho do proletariado.

O aumento do grau de exploração do trabalho pelos capitalistas ocorre tanto pela prorrogação do dia de trabalho (aumento do valor absoluto do excedente) quanto pela intensificação do trabalho (aumento do valor relativo do excedente). Na realidade brutal do capitalismo hoje, ambas as formas são usadas pelos capitalistas para elevar seu valor excedente. Vemos isso por um aumento constante da produtividade acima do crescimento geral da produção e pelo crescimento do trabalho ao longo do tempo (muitas vezes não remunerado).

Outra forma importante é o crescimento do relativo aumento populacional. Por meio da racionalização – possibilitada pelo aumento da produtividade do trabalho –, o capital está constantemente 'liberando' o trabalho, ou seja, deixando-os desempregados, aumentando assim o relativo excesso populacional (exército de reserva industrial). Este exército de reserva industrial aumenta a concorrência entre os proletários. Com a existência de uma série de desempregados, a disponibilidade de poder contratar trabalho mais barato (antes mulheres e crianças, hoje migrantes e trabalhadores do regime de trabalho flexível) força os salários para mais baixos. Mais tarde,

abordaremos em detalhes o crescente papel dos migrantes do mundo semicolonial que vivem como trabalhadores super-explorados nos países imperialistas.

Faremos uma observação um pouco mais detalhada sobre o papel de forçar os salários abaixo do valor real de trabalho. Isso significa que o capital tenta rebaixar os salários abaixo do valor real do trabalho das mercadorias, ou seja, abaixo dos custos de sua produção. Curiosamente Marx tratou dessa questão de forma aparentemente contraditória. Ele escreveu apenas algumas observações em seus trabalhos sobre economia política com relação a esta questão. Ao mesmo tempo, caracterizou esta lei no Capital Vol. III como *"um dos fatores mais importantes que verificam a tendência de queda da taxa de lucro"*. Ele explicou no mesmo local as razões para a falta de atenção que deu a esse fator com o seguinte argumento: *"Isso é mencionado aqui apenas empiricamente, uma vez que, como muitas outras coisas que podem ser enumeradas, não tem nada a ver com a análise geral do capital, mas pertence a uma análise da concorrência, que não é apresentada neste trabalho"*. 2

No entanto, ele elaborou um pouco mais sobre o rebaixamento dos salários abaixo do valor da força de trabalho em seu Manuscrito Econômico de 1861-63:

"O valor da capacidade laboral pode, portanto, ser resolvido nos valores dos meios de subsistência necessários para que o trabalhador se mantenha como trabalhador, viva como trabalhador e procriar. Esses valores, por sua vez, podem ser resolvidos na quantidade específica de tempo de trabalho necessária, na quantidade de mão-de-obra gasta, a fim de criar meios de subsistência ou os valores de uso necessários para a manutenção e propagação da capacidade de trabalho. (...)

Naturalmente, os meios de subsistência necessários pelo trabalhador para viver como trabalhador diferem de um país para outro e de um nível de civilização para outro. As necessidades naturais em si, por exemplo, a necessidade de nutrição, vestuário, habitação, aquecimento, são maiores ou menores de acordo com as diferenças climáticas. Da mesma forma, uma vez que a extensão dos chamados requisitos primários para a vida e a forma de sua satisfação dependem em grande medida do nível de civilização da sociedade, são eles mesmos o produto da história, os meios necessários de subsistência em um país ou época incluem coisas não incluídas em outro. A gama desses meios necessários de subsistência é, no entanto, dada em um determinado país e em um determinado período.

Mesmo o nível do valor do trabalho sobe ou desce quando se compara diferentes épocas do período burguês no mesmo país. Finalmente, o preço de mercado da capacidade de trabalho de uma vez sobe acima e em outro cai abaixo do nível de seu valor. Isso se aplica à capacidade de trabalho de todas as outras mercadorias, e é uma questão de indiferença aqui, onde estamos procedendo a partir do pressuposto de que as mercadorias são trocadas como equivalentes ou percebem seu valor em circulação. (Esse valor das commodities em geral, assim como o valor da capacidade de trabalho, é representado na realidade como seu preço médio, chegado pela compensação mútua dos preços alternadamente em queda e aumento dos preços de mercado, com o resultado de que o valor das commodities é realizado, manifestado, nessas flutuações do próprio preço de mercado.) O problema desses movimentos no nível das necessidades dos trabalhadores, como também o aumento e queda do preço de mercado da capacidade de trabalho acima ou abaixo desse nível, não pertencem aqui, onde a relação capital geral deve ser desenvolvida, mas na doutrina dos salários do trabalho. Será visto no curso posterior desta investigação que se

alguém assume que o nível de necessidade dos trabalhadores de ser maior ou menor é completamente irrelevante para o resultado final. A única coisa importante é que ela deve ser vista como dada, determinada. Todas as questões relativas a ela não são uma determinada, mas uma magnitude variável pertence à investigação do trabalho assalariado em particular e não tocam sua relação geral com o capital. (...)

Se uma mercadoria de menor grau for colocada no lugar de uma mercadoria mais alta e mais valiosa, que formou o principal meio de subsistência do Trabalhador, por exemplo, se o milho, o trigo, a carne, a carne ou as batatas forem colocadas no lugar do trigo e do centeio, o nível do valor da capacidade de trabalho naturalmente cai, porque o nível de suas necessidades foi empurrado para baixo. Em nossa investigação, porém, assumiremos que a quantidade e a qualidade dos meios de subsistência e, portanto, também a extensão das necessidades, em um determinado nível de civilização, nunca são empurradas para baixo, pois essa investigação da ascensão e queda do nível em si (particularmente sua redução artificial) não altera nada na consideração da relação geral."

3

Na obra *O Capital Vol.I*, Marx menciona o aumento do desemprego como um fator importante para rebaixar os salários abaixo do valor da força de trabalho:

"A parcela da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais diretamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha produção artesanal e manufatureira contra a indústria mecanizada e, por outro, inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho, reduzindo assim o preço da força de trabalho abaixo de seu valor.." 4

Como Marx avaliou o valor do trabalho das mercadorias – ou seja, a capacidade dos trabalhadores de produzir mercadorias? Ele disse que o valor é determinado pela totalidade do tempo médio de trabalho que é necessário para produzir os meios para a manutenção dos trabalhadores (incluindo a próxima geração, ou seja, seus filhos como futuros trabalhadores). Assim escreveu em *Capital Vol. I*:

"Temos, agora, de analisar mais de perto essa mercadoria peculiar, a força de trabalho. Como todas as outras mercadorias, ela possui um valor. Como ele é determinado? O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. Porém, a força de trabalho só se atualiza por meio de sua exteriorização, só se aciona por meio do trabalho. Por meio de seu acionamento, o trabalho, gasta-se determinada quantidade de músculos, nervos, cérebro etc. humanos que tem de ser repostos. Esse gasto aumentado implica uma renda aumentada. Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele tem de poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições no que diz respeito a sua saúde e força. A

quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador num determinado país e num determinado período é praticamente conhecida." 5

Já vemos aqui que Marx diferenciou entre o mínimo físico de um lado e o elemento histórico ou moral do valor do trabalhador, por outro. Ele elaborou este conceito em Valor, Preço e Lucro, uma palestra de 1865:

"Mas há certos traços peculiares que distinguem o valor da força de trabalho, ou valor do trabalho, dos valores de todas as demais mercadorias. O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social. Seu limite mínimo é determinado pelo elemento físico, quer dizer, para poder manter-se e se reproduzir, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O valor destes meios de subsistência indispensáveis constitui, pois, o limite mínimo do valor do trabalho. Por outra parte, a extensão da jornada de trabalho também tem seus limites máximos, se bem que sejam muito elásticos. Seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador. Se o esgotamento diário de suas energias vitais excede um certo grau, ele não poderá fornecê-las outra vez, todos os dias.

Mas, como dizia, esse limite é muito elástico. Uma sucessão rápida de gerações raquíticas e de vida curta manterá abastecido o mercado de trabalho tão bem como uma série de gerações robustas e de vida longa. Além deste mero elemento físico, na determinação do valor do trabalho entra o padrão de vida tradicional em cada país. Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens. O padrão de vida inglês poderia baixar ao irlandês; o padrão de vida de um camponês alemão ao de um camponês livônio. A importância do papel que, a este respeito, desempenham a tradição histórica e o costume social podeis vê-la no livro do sr. Thornton sobre a "Superpopulação", onde ele mostra que, em distintas regiões agrícolas da Inglaterra de nossos dias, os salários médios continuam a ser hoje diferentes, conforme as condições mais ou menos favoráveis em que essas regiões saíram da servidão.

Este elemento histórico ou social, que entra no valor do trabalho, pode acentuar-se, ou debilitar-se e, até mesmo, extinguir-se de todo, de tal modo que só fique de pé o limite físico. Durante a guerra contra os jacobitas, que, como costumava dizer o incorrigível devorador de impostos e prebendas, o velho George Rose, foi empreendida para que esses descrentes franceses não destruíssem os consolos da nossa santa religião, os honestos fazendeiros ingleses, a quem tratamos com tanto carinho num capítulo anterior, fizeram baixar os salários dos trabalhadores do campo para além daquele mínimo estritamente físico, completando a diferença indispensável para assegurar a

perpetuação física da raça, mediante as leis dos pobres. Era um glorioso método para converter o trabalhador assalariado em escravo e orgulhoso yeoman de Shakespeare em mendigo.

Se comparais os salários normais ou valores do trabalho em diversos países e em épocas históricas distintas, dentro do mesmo país, vereis que o valor do trabalho não é por si uma grandeza constante, mas variável, mesmo supondo que os valores das demais mercadorias permaneçam fixos.

Um estudo comparativo semelhante das taxas de lucro no mercado provaria que não só elas se modificam como também as suas taxas médias.

Mas, no que se refere ao lucro, não existe nenhuma lei que lhe fixe o mínimo. Não podemos dizer qual seja o limite extremo de sua baixa. E por que não podemos estabelecer esse limite? Porque, embora possamos fixar o salário mínimo, não podemos fixar o salário máximo.

Só podemos dizer que, dados os limites da jornada de trabalho, o máximo de lucro corresponde ao mínimo físico dos salários e que, partindo de dados salários, o máximo de lucro corresponde ao prolongamento da jornada de trabalho na medida em que seja compatível com as forças físicas do operário. Portanto, o máximo de lucro só se acha limitado pelo mínimo físico dos salários e pelo máximo físico da jornada de trabalho. É evidente que, entre os dois limites extremos da taxa máxima de lucro, cabe uma escala imensa de variantes. A determinação de seu grau efetivo só fica assente pela luta incessante entre o capital e o trabalho; o capitalista, tentando constantemente reduzir os salários ao seu mínimo físico e a prolongar a jornada de trabalho ao seu máximo físico, enquanto o operário exerce constantemente uma pressão no sentido contrário. A questão se reduz ao problema da relação de forças dos combatentes." 6

Marx enfatizou que o valor da força de trabalho não é simplesmente um reflexo da produtividade de uma determinada sociedade. Embora o nível de produtividade certamente seja um fator importante, a relação das forças de classe e a luta entre elas é ainda mais importante. Por isso, Marx polemizou contra aqueles que sugeriram uma ligação direta entre os salários e a produtividade:

"Em um "Ensaio sobre a Taxa de Salários", um de seus primeiros escritos econômicos, H. Carey tenta provar que os salários das diferentes nações são diretamente proporcionais ao grau de produtividade dos dias de trabalho nacionais, a fim de tirar dessa relação internacional a conclusão de que os salários em todos os lugares sobem e caem em proporção à produtividade do trabalho. Toda a nossa análise da produção de valor excedente mostra o absurdo dessa conclusão, mesmo que o próprio Carey tivesse provado suas premissas em vez de, após sua habitual moda acrítica e superficial, embaralhando para lá e para cá uma massa confusa de materiais estatísticos." 7

O economista marxista John Smith e seu co-pensador Andy Higginbottom enfatizaram em seus trabalhos recentes que esse fator – o rebaixamento dos salários abaixo do valor da força de trabalho – tem sido constantemente subestimado pela maioria dos marxistas. Eles ressaltam que, de fato, o rebaixamento dos salários abaixo do seu valor tem sido um fator importante para os capitalistas aumentarem seus lucros e, em particular, aumentarem a super exploração no Sul. Achamos correto integrar o rebaixamento dos salários abaixo do valor da força de trabalho como fator importante para

compreender o estado atual do imperialismo e a crescente miséria do proletariado em todo o mundo e particularmente no Sul. 8

Na verdade, o próprio Marx já apontou que a exploração das forças de trabalho ao Sul são uma importante influência contrária à taxa de lucro em declínio devido aos seus menores custos de reprodução:

"Como diz respeito às capitais investidas em colônias, etc., por outro lado, elas podem produzir taxas de lucro mais altas pela simples razão de que a taxa de lucro é maior lá devido ao desenvolvimento atrasado, e da mesma forma a exploração do trabalho, devido ao uso de escravos, carregadores, etc." 9

Isso nos leva ao empobrecimento da classe trabalhadora associada à exploração capitalista. É sabido que Marx diferenciou entre o empobrecimento relativo e o empobrecimento absoluto do proletariado. Nesse contexto, é importante entender que, por "proletariado", os marxistas significam *toda* a classe (ou seja, não apenas os trabalhadores ativamente empregados, mas também os desempregados, os jovens proletários, os pensionistas, etc. Por *relativo empobrecimento* Marx entendeu o crescente abismo entre a riqueza do capital e a do trabalhador. Isso não exclui um aumento na renda dos trabalhadores, mas apenas significa que o aumento será mais lento do que o crescimento dos lucros. Ele descreveu o empobrecimento relativo em seu trabalho preparatório para o Capital, o *Grundrisse*:

"Torna-se evidente que o próprio trabalho se estende progressivamente e dá uma existência cada vez mais ampla e plena ao mundo objetivo da riqueza como um poder alheio ao trabalho, de modo que, em relação aos valores criados ou às condições reais de criação de valor, a subjetividade penúria da capacidade de trabalho vivo forma um contraste cada vez mais gritante. Quanto maior a extensão em que o trabalho se torna objeto, maior se torna o mundo objetivo dos valores, que se coloca em frente a ele como alienígena — propriedade alienígena." 10

Pelo *empobrecimento absoluto* Marx entendeu uma queda nas condições de vida materiais do proletariado como um todo:

"A lei pela qual uma quantidade cada vez maior de meios de produção, graças ao avanço da produtividade do trabalho social, pode ser posta em movimento por um gasto progressivamente menor do poder humano, essa lei, em uma sociedade capitalista — onde o trabalhador não emprega os meios de produção, mas os meios de produção empregam o trabalhador — sofre uma completa inversão e se expressa assim: quanto maior a produtividade do trabalho, maior é a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, mais precária, portanto, torna-se sua condição de existência, a venda da sua própria força de trabalho para o aumento da riqueza dos outros, ou para a auto-expansão do capital. O fato de que os meios de produção e a produtividade do trabalho aumentam mais rapidamente do que a população produtiva, expressa-se, portanto, capitalistamente na forma inversa de que a população que trabalha sempre aumenta mais rapidamente do que as condições sob as quais o capital pode empregar esse aumento para sua própria auto-expansão. (...)

A lei, finalmente, que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de

miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital." 11

Um aumento no empobrecimento relativo é, na maioria das vezes, uma característica típica do processo de produção e reprodução capitalista. No entanto, em períodos de crise capitalista, como o que temos testemunhado desde a década de 1970, um processo de empobrecimento absoluto também ocorre. É bastante óbvio que para a massa de trabalhadores e estratos oprimidos em todo o mundo um processo de empobrecimento absoluto está ocorrendo. Claro, este não é o caso em cada país, a cada ano e para cada camada da classe. Mas como em geral, em todo o mundo, o processo é um fato indiscutível.

Empobrecimento e precarização mundial da classe trabalhadora nas últimas décadas

Como resultado de tudo isso, os salários estão estagnados ou em declínio, o desemprego está aumentando, as condições precárias de trabalho estão se espalhando massivamente (trabalho temporário) etc. Embora isso seja verdade para a classe trabalhadora mundial, é ainda mais verdadeiro para o proletariado ao Sul do globo. No programa da CCRI "*O Manifesto Comunista Revolucionário*" enfatizamos o agravamento das condições da classe trabalhadora ao Sul. 12

Dados oficiais de desemprego publicados pela OIT indicam um enorme aumento recente do desemprego. Antes da crise, 170 milhões de pessoas estavam desempregadas em todo o mundo (2007), esse número cresceu em pouco tempo para mais de 197 milhões de desempregados (2011). No entanto, esses números são certamente uma enorme subestimação. De acordo com essas estatísticas da OIT, a taxa de desemprego em 2010 foi de 8,8% nos "Países Desenvolvidos", 9,5% na Europa Oriental e na ex-URSS, mas apenas 4,3% no leste da Ásia, 5,2% no Sudeste Asiático, 3,9% no Sul da Ásia, 7,7% na América Latina, 10,1% no Oriente Médio, 9,6% no Norte da África e 8,2% na África Subsaariana. 13

Mas, na realidade, muitos desempregados não são oficialmente contabilizados nos países semicoloniais. Na realidade, há um enorme exército de reserva industrial no Sul com centenas de milhões de desempregados e subempregados que deprimem os salários não só no próprio Sul, mas também aumenta a pressão dos capitalistas sobre os trabalhadores do Norte. A professora universitária norte-americana Juliet Schor observou recentemente em um artigo sobre as consequências deste enorme exército de reserva industrial no Sul:

"O economista trabalhista Richard Freeman estima que, na última década, a oferta global de mão-de-obra efetiva quase dobrou, de 1,46 para 2,93 bilhões. Se as pessoas oferecem mais horas ao mercado, os salários caem e o desemprego aumenta. O excesso de oferta de mão-de-obra também prejudica o investimento e a inovação, que aceleram quando o trabalho é escasso em relação ao capital." 14

O pesquisador sindical alemão Herbert Jauch se aproxima muito da verdade quando coloca o número real de trabalhadores afetados pelo desemprego para um terço da classe trabalhadora global:

"O desemprego afeta agora quase um terço da força de trabalho global e a abundante oferta de mão-de-obra barata no "Terceiro Mundo" e na Europa Oriental contribui para rebaixar os salários mesmo nos países industrializados. Os salários reais nos países com baixos salários são até 70 vezes menores do que os pagos nos EUA, Europa Ocidental e Japão." 15

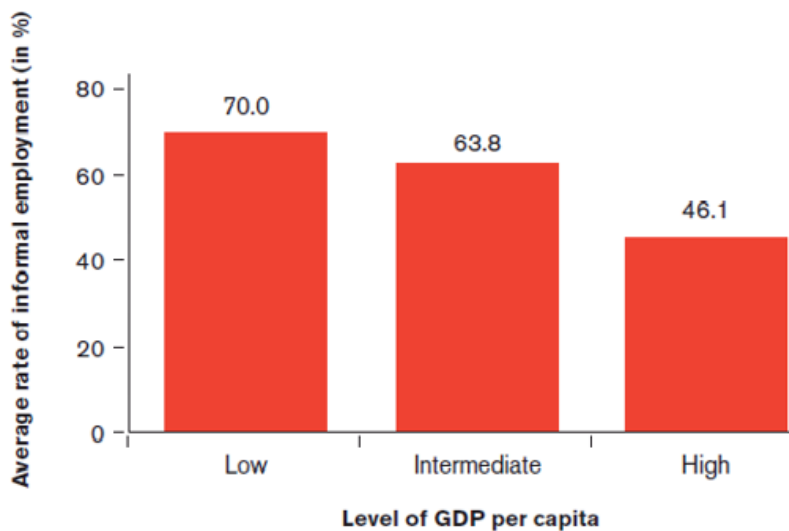
No entanto, mesmo as estatísticas da OIT deixam claro que o desemprego é particularmente alto entre os jovens proletários. Em 2010, os números oficiais de desemprego para jovens foram de 18,1% nos "Países Desenvolvidos", 19,5% na Europa Oriental e na ex-URSS, 8,8% no leste da Ásia, 13,6% no Sudeste Asiático, 10,2% no Sul da Ásia, 14,6% na América Latina, 25,4% no Oriente Médio, 23% no Norte da África e 12,8% na África Subsaariana. 16

Aqueles que ainda têm emprego muitas vezes têm que trabalhar em condições de emprego altamente inseguras e receber um salário pequeno. Em 2010, quase metade de todos os trabalhadores em todo o mundo estão empregados – de acordo com estatísticas oficiais (a taxa real é provavelmente muito maior) – em condições de emprego inseguras. No entanto, as condições muito piores da classe trabalhadora ao Sul e dos pobres tornam-se óbvias quando se vê a lacuna entre a disseminação do emprego inseguro no Norte e no Sul. Nos países imperialistas ricos isso afeta 10% de todos os empregados (se usarmos outras definições de insegurança, esse número seria maior). Mas no resto do mundo um número muito maior de trabalhadores é afetado pelo emprego inseguro: na Europa Oriental e na antiga União Soviética 20,9%, no Oriente Médio 29,8%, na América Latina 31,9%, em Norte da África 37,7%, no leste da Ásia 49,6%, no Sudeste Asiático 62,3%, no Sul da Ásia 78,4% e na África Subsaariana 76,9%! 17

A figura 21 também mostra que quanto mais aumenta a taxa de emprego no setor informal, mais pobres estão os países.

Figura 21: Emprego Informal (Taxa de Participação na Totalidade do Emprego) e o Grau de Desenvolvimento Econômico 18

Figure 21: Informal Employment (as Share of Total Employment) and the Degree of Economic Development ¹⁴³



Low=baixo / **intermediate**= intermediário / **high**=alto

O aumento da taxa de exploração

Como resultado dessas tendências, vemos um declínio substancial dos salários, e em paralelo um aumento nos lucros e, portanto, um aumento massivo na taxa de exploração. Mais uma vez, isso é verdade para todos os continentes, mas no Sul ainda é forte mais do que no Norte. Isso se reflete no desenvolvimento do trabalho, ou dos salários, da renda nacional. Essa categoria indica os salários (que é um indicador bruto para a renda da classe trabalhadora) como proporção da renda anual total dos trabalhadores, camponeses, trabalhadores autônomos, de classe média e capitalistas. Antes de reproduzir esses números, lembramos aos nossos leitores nossas observações sobre a necessidade de relativizar a categoria dos trabalhadores assalariados, uma vez que isso inclui, particularmente no Norte, a classe média assalariada (e a camada superior do proletariado – a aristocracia trabalhista). Veremos mais tarde (no Capítulo 9) que os salários da classe média assalariada e da aristocracia trabalhista se desenvolveram muito melhor do que os salários dos estratos inferiores e médios do proletariado. Mas essa participação, é claro, reflete a soma adicional de todos os salários e, portanto, não reflete totalmente a queda de renda para a massa do proletariado. Além disso – como explicaremos abaixo – esses números não dão uma visão completa da crescente e verdadeira taxa de exploração dos trabalhadores ao Sul, mas fazem com que seja subestimada essa exploração.

Mas vamos primeiro olhar para a evolução da participação dos salários, ou dos rendimentos salariais em várias partes do mundo. Nas figuras 22 e 23, mostramos que desde o início da década de 1970 a participação trabalhista nos antigos países imperialistas está em declínio.

Figura 22: Participação dos salários nos países da OCDE, 1960-2000 19

Figure 22: Labor Share in OECD Countries, 1960-2000 ¹⁴⁴

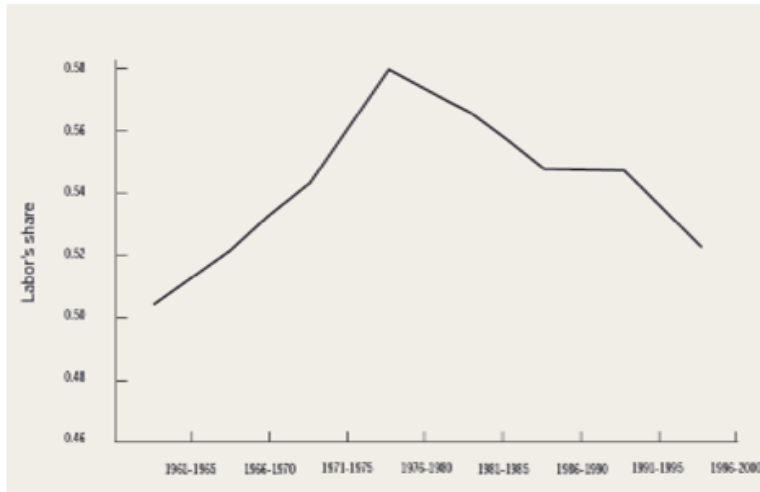
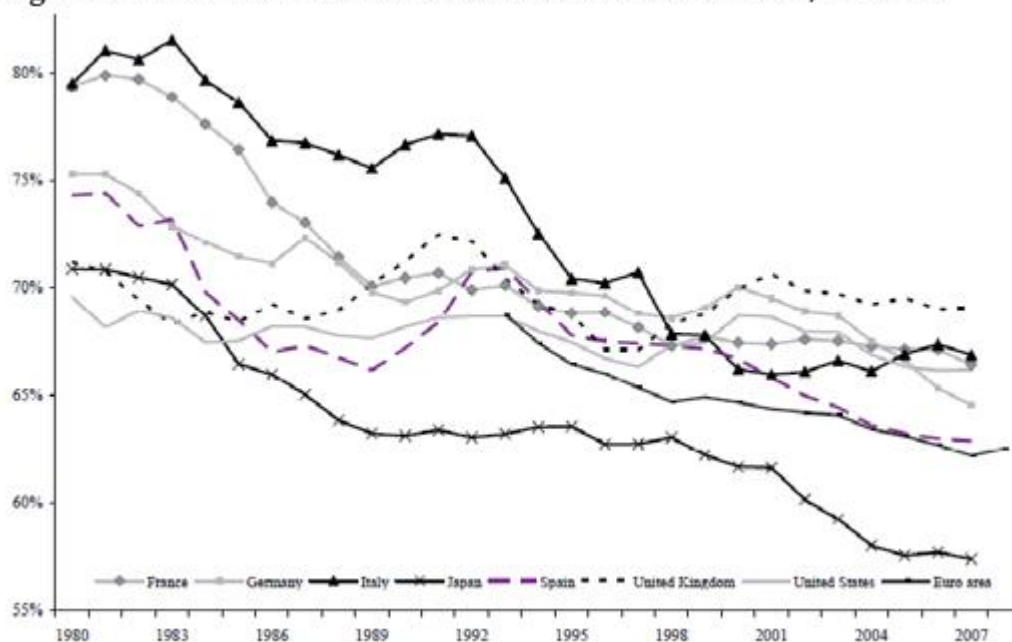


Figura 23: parcela dos rendimentos do Trabalho em países selecionados da OCDE, 1980-2007 20

Figure 23: Labor Income Shares in selected OECD Countries, 1980-2007 ¹⁴⁵



Os estratos inferiores da classe trabalhadora nos países imperialistas foram particularmente atingidos pela ofensiva capitalista. Essas camadas não aristocráticas, muitas delas formadas por trabalhadores não qualificados, migrantes e mulheres, sofreram uma diminuição substancial do valor de sua força de trabalho, como mostra o economista marxista Guglielmo Carchedi em seu último livro *Por Trás da Crise*:

"Se o salário mínimo pode ser visto como um símbolo para o valor do rendimento do trabalho não especializada, a Tabela 2 indica um aumento desse valor apenas no período 1989-2000 e uma queda antes e depois desse período. Durante todo o período 1967-2005, o valor da força de trabalho cai 25,7%." ²¹

Vários estudos têm demonstrado claramente que o declínio da participação do trabalho tem sido ainda pior ao Sul. Ann Harrison, que publicou vários estudos e é uma pesquisadora frequentemente citada sobre esta questão, resumiu suas descobertas de que a participação do trabalho tem caído no Sul desde a década de 1960. Ela calcula que essa renda cai 0,1% ao ano (antes de 1993) e 0,3% ao ano (de 1993 até o início dos anos 2000). Nos países ricos, a renda salarial aumentou de 1960 para 1993 em 0,2% e diminuiu 0,4% no segundo período:

"Esses dados mostram que, nos países pobres, a participação do trabalho caiu em média 0,1 ponto percentual por ano antes de 1993. Essa queda foi mais rápida após 1993: a participação do trabalho caiu em média 0,3 pontos percentuais por ano. Nos países ricos, essa participação cresceu 0,2 pontos percentuais antes de 1993 e caiu 0,4 pontos percentuais por ano após 1993. Esses meios indicam uma reversão da tendência para os países ricos após 1993, enquanto indicam um declínio persistente da participação do trabalho nos países pobres durante todo o período. (...) Os resultados não se modificam se calcularmos as mudanças médias da participação do trabalho

pela população: enquanto as participações de trabalho em países pobres caíram, a participação da renda do trabalho no PIB nos países de alta renda aumentou quase 4 pontos percentuais. Se refazermos a análise com 1960 como ponto de partida, a tendência é a mesma: as ações de mão-de-obra dos países de alta renda subiram em média durante o período de trinta anos, enquanto as participações de trabalho nos países mais pobres caíram." 22

Baseado nos números de Harrison, John Smith produziu dois interessantes conjuntos de dados em que ele detalha o desenvolvimento. (Ver Tabela 19) A segunda tabela faz a diferenciação entre as diversas categorias dos países mais pobres e ricos. Smith comenta sobre as descobertas:

"As informações mais marcantes estão contidas na última linha da Tabela 4.4b. Mostra a diferença na média da participação do trabalho no PIB entre 1960 e 1993, por um lado, e 1993-1996, por outro: relatando que, para o grupo 20% mais pobre, a participação do trabalho no PIB entre 1993 e 1996 foi, em média, 4,5% menor que sua média no período de 1960-1993, entre os 20% mais pobres, foi 8,9% menor 2% mais alto nos 20% dos países mais ricos. Harrison resumiu as tendências ao longo dos anos entre 1960 e 1996 contendo 'enormes declínios na participação da mão de obra nos 20% dos países mais pobres , e aumentos significativos na participação da mão de obra nos 20% de todos os países". 23

Tabela 19: Mudanças da participação do Trabalho no PIB nos países ricos e pobres, 1960-1993 (em %) 24

Table 19: Changes of Labor's Share of GDP in Rich and Poor countries, 1960-1993 (in %) ¹⁴⁹

	Per capita GDP < global median	Per capita GDP > global median
Annual % change in labour's share 1960 – 1993	-0.1	0.2
Annual % change in labour's share 1993 – 1996	-0.3	-0.4
Change in average labour share, 1993 - 1996 vs. 1960 - 1993	-1.8	0.7

	Poorest 20%	Lower Middle 20%	Middle 20%	Upper Middle 20%	Richest 20%
Annual % change in labour's share, 1960-1993	-0.2	-0.1	-0.1	-0.04	0.4
Annual % change in labour's share, 1993-1996	-0.02	-2.2	-0.9	0.2	-0.6
Change in average labour share, 1993-1996 vs. 1960 - 1993	-4.5	-8.9	-3.2	-0.7	2.0

Per capita GDP=PIB per capita

Global Median=Média Global

Annual change in labour's share=Mudança anual na participação do trabalho

Change in average share= Mudança na participação média

Poorest= Mais pobre

Lower middle=Média inferior

Middle=Média

Richest=Mais rico

Smith também mostra que a diferença entre o crescimento da produção e o crescimento dos salários reais foi muito maior na América Latina e no "Desenvolvimento da Ásia" do que nas antigas metrópoles imperialistas. (Ver Tabela 20) Ele resume sua conclusão assim:

"No entanto, entre 2001 e 2007, Os salários reais nos "países desenvolvidos" cresceram 0,9% ao ano, 0,3% na América Latina e no Caribe e 1,8% na Ásia, enquanto o PIB per capita real durante esses anos cresceu 2,13% em "países desenvolvidos", 3,46% na América Latina e no Caribe e 6,75% na "Ásia em desenvolvimento". Como mostra sua última coluna, a discrepância entre aumentos reais dos salários e aumentos do PIB real per capita implica que a participação do trabalho em "economias avançadas" está diminuindo cerca de 0,8% ao ano, com um declínio anual muito maior de 2,3% na Ásia e 1,5% na América Latina e no Caribe." 25

Tabela 20: Crescimento dos Salários e Crescimento do PIB, 2001-2007 (em %) 26

Table 20: Wages Growth and GDP Growth, 2001-2007 (in %) ¹⁵⁰

	Real per capita GDP growth	Real wage growth	Implicit annual decline in labour's share
'Advanced economies'	2.13%	0.9%	0.8%
'Developing Asia'	6.75%	1.8%	2.3%
Latin America and Caribbean	3.46%	0.3%	1.5%

Real per capita GDP growth=Crescimento real do PIB per capita

Real wage growth= Crescimento real dos salários

Implicit anual decline in labour's share= Implícito declínio anual da participação salarial

Advanced economies= Economias avançadas

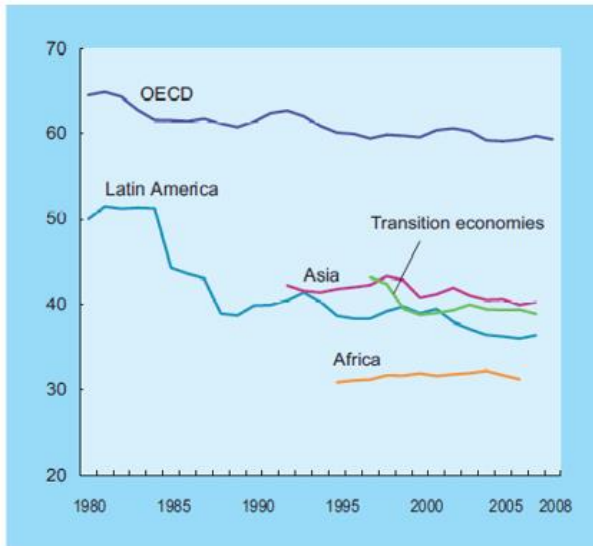
Developing Asia= Asia em desenvolvimento

Latin America and caribbean= America Latina e Caribe

Vemos o mesmo quadro de declínio na figura 24 a seguir, que dá uma visão geral sobre o desenvolvimento da participação salarial em diferentes continentes. Podemos ver uma queda na participação salarial nos países da OCDE de 65% da renda nacional para cerca de 59% (1980-2008, em 1991 a participação era de cerca de 63% e em 1995 era de cerca de 60%, na América Latina caiu muito mais acentuada de 50% para 37% (1980-2008), na Ásia de 43% em 1991 para cerca de 41% em 2008, nos estados ex-estalinistas ("Países de Transição") de 43% para 41% (1996-2008) e na África estagnou em torno de 31% (1995-2008).

Figura 24: Participação de Remuneração de Empregados em Renda Nacional, Grupos de Países Selecionados, 1980-2008 27

Figure 24: Share of Compensation of Employees in National Income, Selected Country Groups, 1980-2008 ¹⁵³



De acordo com outro estudo, a participação salarial caiu substancialmente na África de 37,1% do PIB em 1975, para cerca de 30% em 1990. 28

Na Tabela 21 vemos o desenvolvimento da participação salarial em vários países semicoloniais. Infelizmente, só cobre os anos 1975-1992, mas como vimos acima a tendência piorou após 1992.

Tabela 21: Participação dos Salários como Percentual de Valor Adicionado na Manufatura, 1975-1992 (em %) 29

SHARE OF WAGES IN VALUE ADDED*

	1975-80	1980-85	1985-92
Argentina	21.4	19.2	19.1
Brazil	20.6	22.1	20.6
Chile	16.4	17.9	15.4
Colombia	20.1	19.4	15.4
Mexico	36.7	27.8	19.6
Panama	29.8	31.7	35.7
Peru	15.2	17.7	16.0
Venezuela	27.2	28.5	22.2
India	48.2	49.0	45.2
Pakistan	23.5	19.6	19.9
Sri Lanka	29.5	23.8	17.2
Hong Kong	52.4	54.3	56.9
Republic of Korea	27.0	27.2	27.6
Singapore	32.5	34.1	31.4
Indonesia	19.7	18.7	21.1
Malaysia	26.5	29.4	27.5
Thailand	23.5	22.8	25.5
Philippines	22.3	23.4	23.3
Ghana	19.2	16.0	13.8
Kenya	41.1	44.2	42.6
Zambia	26.2	26.4	25.8
Zimbabwe	43.7	42.6	33.3
Egypt	53.5	59.4	41.5
Morocco	53.6	51.0	39.2
Tunisia	48.5	45.7	41.4
Turkey	34.6	24.8	19.2

Argentina/Brasil/Chile/Colômbia/México/Panamá/Peru/Venezuela/Índia/Paquistão/Sri Lanka/Hong Kong/República da Coreia/

Singapura/Indonésia/Malásia/Tailândia/

Filipinas/Gana/Quênia/Zâmbia/Zimbabwe/Egito/Marrocos/Tunísia/Turquia

Nas figuras 25 e 26 vemos o desenvolvimento das participações salariais na manufatura em importantes países do Sul – Turquia, México e Coreia do Sul. Como nota lateral, observamos que na Coreia do Sul o desenvolvimento da participação salarial foi diferente do México e da Turquia, que podem ser atribuídos principalmente a dois fatores: primeiro a enorme militância de luta de classes do proletariado coreano (referimo-nos à revolta armada contra a ditadura militar em Kwangju 1980, as batalhas das massas que começaram a derrubar o regime em 1987 e continuaram após este, a formação do novo movimento sindical militante KCTU etc.). Em segundo lugar, não se deve esquecer que o capital monopolista sul-coreano gerenciou – devido às circunstâncias excepcionais de apoio sistemático do imperialismo dos EUA, um período quase ininterrupto de ditaduras militares para

explorar sua classe trabalhadora do final dos anos 1940 até 1987 – evoluindo a se tornar uma capital imperialista. Portanto, tinha espaço material para certos acordos. Nós lidamos com esta questão em detalhes em outro lugar. 30

Figura 25: Participação salarial do valor adicionado na indústria manufatureira na Coreia do Sul, México e Turquia, 1970-2003 31

Figure 25: Wage Share of Value Added in Manufacturing Industry in South Korea, Mexico and Turkey, 1970-2003 ¹⁵⁶

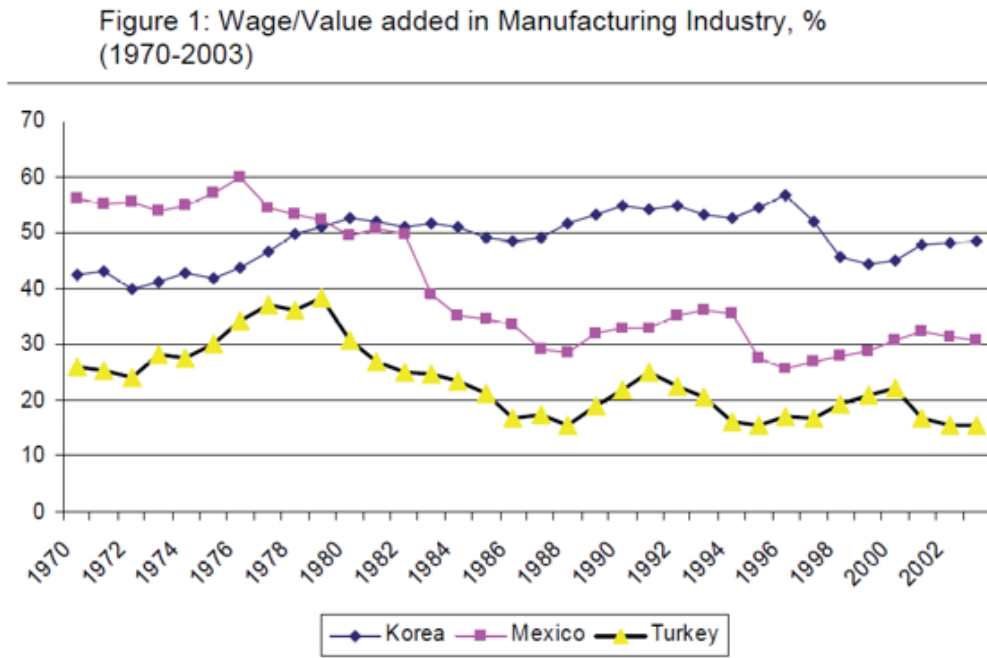
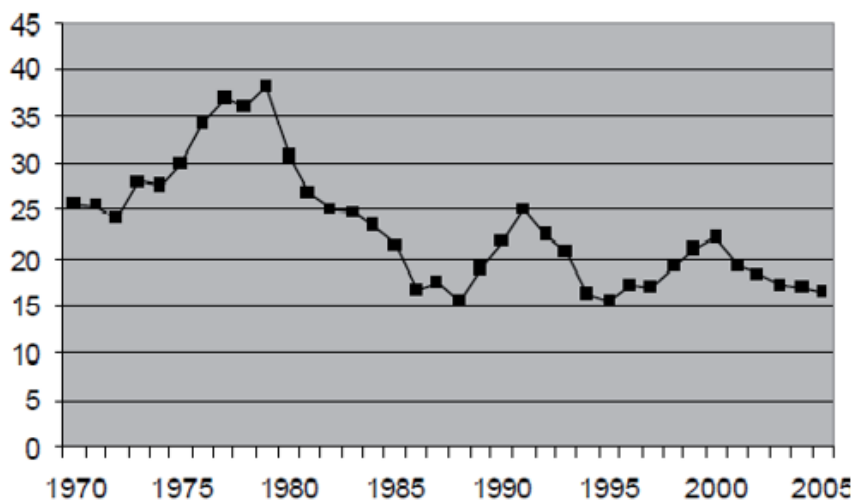


Figura 26: Participação salarial do valor adicionado na indústria manufatureira na Turquia, 1970-2005 32

Figure 26: Wage Share of Value Added in Manufacturing Industry in Turkey, 1970-2005 ¹⁵⁸

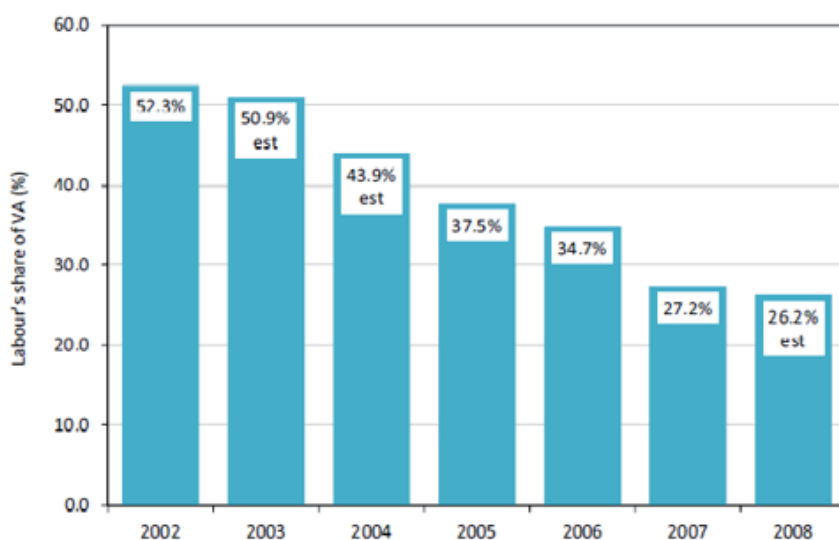


Um declínio ainda pior da participação salarial pode ser visto na China. (Ver Figura 27) Um grupo de economistas do Centro de Pesquisa em Mudança Sociocultural (CRESC) relatou em um estudo publicado recentemente sobre o declínio dramático dos salários dos trabalhadores industriais chineses no valor de fabricação do país de 52,3% em 2002 para 26,2% em 2008:

"Os índices participação salarial de manufatura chinesas estão atualmente em um nível extraordinariamente baixo de 27,2% em 2007 e estimados 26,2% em 2008 e são consideravelmente inferiores à proporção de 40-45% dos japoneses ou coreanos nas décadas de 1970 e 1980. E essa baixa participação salarial é o resultado de uma expansão recente e sem precedentes. A série mostra que participação salarial da China caiu de uma proporção de 52,3% em 2002 para 26,2% em 2008, apesar do aumento dos custos reais de mão-de-obra por empregado. Como mostra a tabela 1, o salário médio por hora da China na fabricação mais do que dobra de US\$ 0,72 por hora em 2002 para US\$ 1,81 por hora em 2008. Mas a mesma exposição demonstra que, com números empregados rodando constantemente em torno de 100 milhões + ou - 10 milhões, o pedaço de valor adicionado produzido pela fabricação chinesa mais do que agudos. Os números empregados realmente caem como o dobro do valor agregado em três anos a partir de 2005. O valor adicionado por empregado na manufatura chinesa sobe de um Yuán nominal de 32.772m em 2002 para 143.506m Yuán em 2008." ³³

Figura 27): Participação do Trabalho de Manufatura Chinesa de Valor Adicionado, 2002-2008 ³⁴

Figure 27: Chinese Manufacturing Labour's Share of Value Added, 2002-2008 ¹⁵⁹



O mesmo relatório mostra que "a China manteve os salários baixos: os salários e os salários como porcentagem do PIB caíram de 57% em 1983 para apenas 37% em 2005 até 2010 – um dos mais baixos do mundo capitalista". ³⁵ De acordo com John Smith, mesmo esses números parecem subestimar a verdadeira depressão dos salários na China:

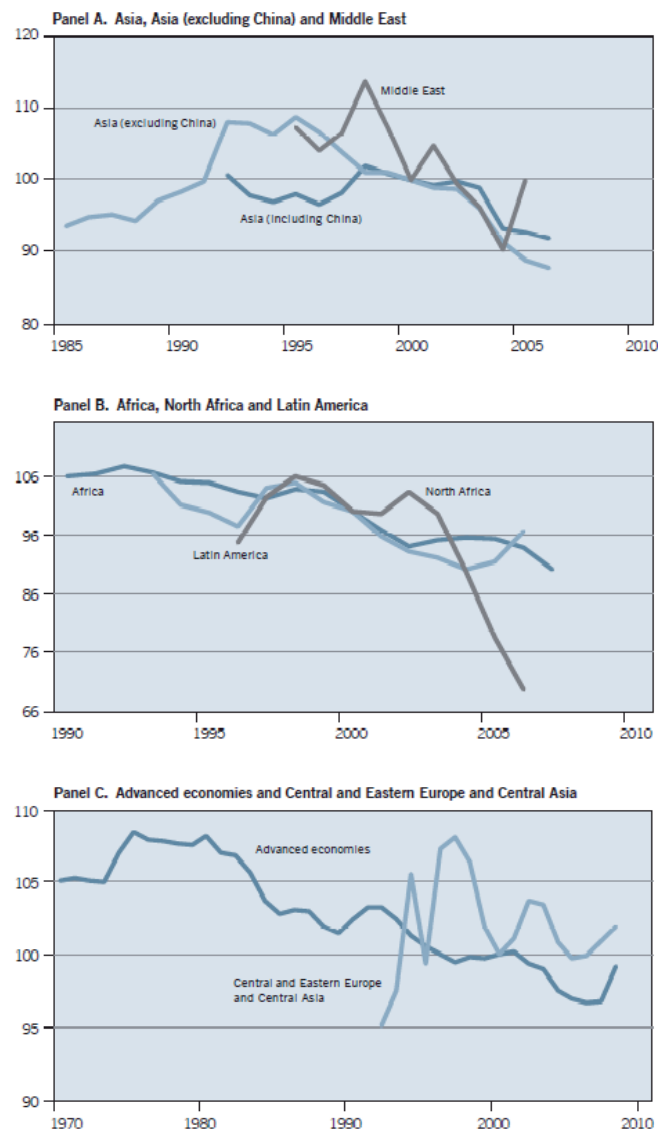
"Há boas razões para acreditar que os dados oficiais chineses sobre salários reais exageram consideravelmente os salários reais e o crescimento real dos salários na China, fazendo com que a discrepância entre os salários chineses e dos EUA pareça ser menor do que realmente são. O Relatório Salarial Global da OIT 2010-11 observa que os dados oficiais chineses refletem em grande parte a situação das empresas estatais, e que o crescimento dos salários (e, por implicação, os níveis salariais) são substancialmente menores no setor privado. Além disso, na China, como em outros lugares, os dados sobre os salários médios e o crescimento médio dos salários obscurecem aumentos muito acentuados na desigualdade salarial, no qual o rápido aumento dos salários dos trabalhadores mais bem pagos (incluindo os salários pagos aos gestores, etc.) ocorre simultaneamente com salários estagnados ou mesmo em queda para trabalhadores de baixa remuneração, aparecendo nos dados como crescimento constante dos salários reais médios." ³⁶

Por fim, queremos apresentar os resultados de um relatório da OIT publicado em 2011 que chega a conclusões semelhantes às que nós temos. A OIT analisou o desenvolvimento da participação salarial em 69 países – tanto no imperialista quanto no mundo semicolonial. Chega à seguinte conclusão:

"Desde o início da década de 1990, a participação salarial diminuiu em quase três quartos dos 69 países com informações disponíveis. O declínio é geralmente mais acentuado em países emergentes e em desenvolvimento do que em países avançados." ³⁷

O relatório da OIT mostra que "desde 1994, a participação salarial na Ásia diminuiu cerca de 20 pontos percentuais. O ritmo do declínio se acelerou na última década, com a participação salarial caindo mais de 11 pontos percentuais entre 2002 e 2006. Na China, a participação salarial caiu cerca de 10 pontos percentuais desde 2000. Nos países africanos, a participação salarial diminuiu 15 pontos percentuais desde 1990, com a maior parte desse declínio – 10 pontos percentuais – ocorrendo desde 2000. O declínio é ainda mais espetacular no norte da África, onde a participação salarial caiu mais de 30 pontos percentuais desde 2000." (Veja também a Figura 28)

Figura 28: Tendências em participações Salariais nas Regiões, 1983-2009 (Índice=100 em 2000) 38



No entanto, todos esses relatórios sobre a queda da participação salarial só dão um quadro muito incompleto sobre o aumento da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora. Eles fazem isso porque não são apresentados em combinação com o desenvolvimento real do tamanho do proletariado em um determinado país ou região. Em outras palavras, eles não são ajustados para o crescimento da própria classe trabalhadora. Por isso, tivemos um declínio da participação salarial nos países da OCDE, enquanto vimos, ao mesmo tempo, um crescimento moderado da proporção dos trabalhadores assalariados entre todos os empregados. Mas ao Sul vimos um declínio mais forte ou moderado da participação salarial, enquanto ao mesmo tempo houve um *crescimento massivo da participação dos trabalhadores assalariados*. Portanto, se ajustarmos o grau de queda das ações salariais (tão acentuada ou mais acentuada no Sul em comparação com o Norte) com o grau de crescimento da classe trabalhadora (muito mais forte no Sul em comparação com o Norte), chegamos à conclusão clara de que a taxa de exploração aumentou substancialmente mais no Sul do que no Norte.

Se olharmos novamente para os números e tabelas apresentados acima, chegamos aos seguintes resultados. Nos países da OCDE vemos um certo declínio da participação salarial de 1980 a 2008, enquanto os números disponíveis sugerem um aumento moderado da parcela de trabalhadores assalariados neste período. Na Ásia – onde 60% da classe trabalhadora industrial global vive 39 – os números disponíveis sugerem um certo declínio da participação salarial nas décadas de 1990 e 2000, enquanto ao mesmo tempo houve um aumento dramático da participação dos trabalhadores assalariados neste período. Na América Latina houve um declínio dramático da participação salarial e um declínio moderado da parcela dos trabalhadores assalariados neste período. Nos estados ex-estalinistas ("Países em Transição") vimos um certo declínio tanto da parte salarial quanto da parcela dos trabalhadores assalariados. Os números do Norte da África e do Oriente Médio indicam um claro declínio na participação salarial e um claro aumento na participação dos trabalhadores assalariados. E na África Subsaariana vimos primeiro um declínio e, em seguida, estagnação da participação salarial e um aumento da participação dos trabalhadores assalariados.

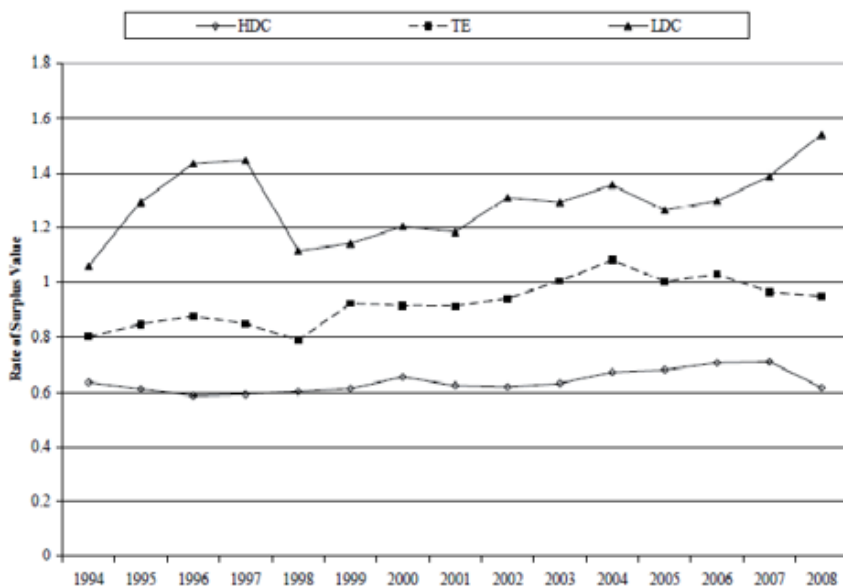
Portanto, em suma, vemos indicações que mostram claramente um aumento na taxa de exploração da classe trabalhadora ao Norte e um aumento ainda maior na taxa de exploração da classe trabalhadora ao Sul. De fato, estes dados também são a descoberta de dois economistas progressistas, Alexei Izyumov e John Vahaly. Em um trabalho publicado em 2011, eles analisam a taxa de valor excedente – ou seja, a relação entre os lucros dos capitalistas e os salários dos trabalhadores. Eles comparam o desenvolvimento dessa taxa – que os marxistas também chamam de taxa de exploração – para os anos de 1992-2008 entre os países imperialistas, as antigas semicolônias e os estados ex-estalinistas da Europa Oriental e a antiga URSS (as chamadas "Economias de Transição", onde o capitalismo foi restaurado no início dos anos 1990). Eles chegam à conclusão de que a taxa de valor excedente nas "Economias de Transição" capitalistas no Oriente é 1,5-2 maior do que nos antigos países imperialistas. Nos antigos países semicoloniais, a taxa de exploração é ainda maior em comparação com as chamadas "Economias de Transição":

“É baseado em estimativas da marxista taxa de mais-valia (taxa de exploração), participação do trabalho na renda nacional e outros indicadores de desempenho da renda do trabalho durante o período de 1992-2008. Aachamos que a taxa de mais-valia nas economias em transição é 1,5-2 maior do que as estimativas comparáveis para “economias de mercado maduras” da Europa Ocidental, mas menor do que indicadores semelhantes para economias em desenvolvimento sem transição do mundo.” 40

Os autores também mostram que a taxa de exploração aumentou mais rapidamente nos países semicoloniais clássicos nos anos 1994-2008. Mas também cresceu consideravelmente mais nos países estalinistas do que nos antigos estados imperialistas. (Veja a Figura 29).”

Figura 29: Taxas de mais-valia em economias desenvolvidas, em desenvolvimento e em transição, 1994-2008 41

Figure 29: Rates of Surplus Value in Developed, Developing and Transition Economies, 1994-2008 ¹⁶⁶



Legend: Highly-Developed Economies (HDC), Transition Economies (TE), Less-Developed Countries (LDC)

Legenda: Economias altamente desenvolvidas (HDC), Economias de transição (TE), Países menos desenvolvidos (LDC)

Tudo isso mostra que o capital pode elevar a taxa de exploração da classe trabalhadora na maioria dos países do mundo nas últimas duas décadas. Foi especialmente bem-sucedido nisso nos países

que não pertencem às velhas metrópoles imperialistas da Europa Ocidental, América do Norte e Japão.

1 Ver Karl Marx: Das Kapital, Banda III, MEW 25, pp. 242-250; em inglês: Karl Marx: Capital Vol. III, Capítulo XIV (Contra-influências)

2 Ver Karl Marx: Das Kapital, Banda III, MEW 25, p. 244; em inglês: Karl Marx: Capital Vol. III, Capítulo XIV (Contra-influências). Veja sobre isso também sua observação em Capital Vol. I: "Este resultado, no entanto, só seria obtido pela redução dos salários do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho. Com os quatro xelins e seis pences que ele produz em nove horas, ele comanda um décimo a menos das necessários da vida do que antes, e conseqüentemente a reprodução adequada de sua força trabalho é aleijada. O trabalho excedente seria, neste caso, prolongado apenas por uma ultrapassagem de seus limites normais; seu domínio seria estendido apenas por uma usurpação de parte do domínio do tempo de trabalho necessário. Apesar da parte importante que esse método desempenha na prática real, estamos excluídos de considerá-lo neste lugar, por nossa suposição, de que todas as mercadorias, incluindo a força de trabalho, são compradas e vendidas pelo seu valor total." (Karl Marx: Das Kapital, Banda 1; in: MEW 23, pp. 332-333.; em inglês: Karl Marx: Capital, Vol. I, Capítulo 12)

3 Veja Karl Marx: Ökonomisches Manuskript 1861-1863. Teil 1, in: MEW 43, pp. 40-42; em inglês: Karl Marx: Manuscrito Econômico de 1861-63, Capítulo 1) Transformação do Dinheiro em Capital. O Processo de Valorização; in: MECW Volume 30, Valor da Capacidade de Trabalho. Salário mínimo ou salário médio do trabalho, <http://marxists.org/archive/marx/works/1861/economic/ch14.htm>

4 Karl Marx: Das Kapital, Banda 1; in: MEW 23, p. 454; em inglês: Karl Marx: Capital, Vol. I, Capítulo 15

5 Karl Marx: Das Kapital, Banda 1; in: MEW 23, p. 185; em inglês: Karl Marx: Capital, Vol. I, Capítulo 6

6 Karl Marx: Lohn, Preis und Profit; in: MEW 16, pp. 147-149; em inglês: Karl Marx: Valor, Preço e Lucro, Capítulo 14 (ênfase no original)

7 Karl Marx: Das Kapital, Banda 1; in: MEW 23, p. 587; em inglês: Karl Marx: Capital, Vol. I, Capítulo 22

8 Veja: John Smith: Imperialismo e a Globalização da Produção; John Smith: Imperialismo e a Lei do Valor (2011), em: Discurso Global [Online], 2: I, disponível a partir de: <http://global-discourse.com/contents>

9 Karl Marx: Das Kapital, Banda III, MEW 25, pp. 247-248; em inglês: Karl Marx: Capital, Vol. III, Capítulo 14, Contra-golpes influências (nossa ênfase)

10 Karl Marx, Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie, em: MEW 42, p. 368; em inglês: Karl Marx: Grundrisse. Contribuição para a Crítica política; Capítulo 9.

11 Karl Marx: Das Kapital, Banda I, MEW 23, pp. 674-675; em Inglês: Capital, Vol. Eu; Capítulo 25

12 RCIT: O Manifesto Comunista Revolucionário, p. 38; www.thecommunists.net/rcit-manifesto.

13 OIT: Tendências Globais de Emprego 2012. Prevenindo uma crise de empregos mais profunda, p. 92

14 Juliet Schor: Falácias econômicas: é hora de trabalhar mais, ou menos? In: Guardian, 10.1.2012 <http://www.guardian.co.uk/sustainable-business/economy-employee-working-hours>

15 Herbert Jauch: Globalização e Trabalho, p. 3

16 OIT: Tendências Globais de Emprego 2012, p. 92

17 OIT: Tendências Globais de Emprego 2012, p. 100

18 Marc Bacchetta, Ekkehard Ernst e Juana P. Bustamante: Globalização e Empregos Informais em Países em Desenvolvimento. Estudo conjunto do Escritório Internacional do Trabalho e da Secretaria da Organização Mundial do Comércio (2009), p. 34

19 Malte Lübker: Ações trabalhistas (2007), Resumo da Política da OIT, p. 2

20 Jean-Paul Fitoussi e Francesco Saraceno: Desigualdade e Desempenho Macroeconômico, (2010), OFCE/Sciences Po, p. 7

21 Guglielmo Carchedi: Por trás da crise. Dialética de Valor e Conhecimento de Marx, Leiden 2011, p. 134

22 Ann Harrison: A globalização corroeu a participação do trabalho? Some Cross-Country Evidence (2005), University of California Berkeley, MPRA Paper No. 39649, pp. 18-19; Online em <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/39649/>

23 Ver John Smith: Imperialismo e a Globalização da Produção, p. 171

24 Ver John Smith: Imperialismo e a Globalização da Produção, p. 171

25 Ver John Smith: Imperialismo e a Globalização da Produção, pp. 169-170

26 Ver John Smith: Imperialismo e a Globalização da Produção, p. 170

27 UNCTAD: Relatório de Comércio e Desenvolvimento, 2010, p. 142. A UNCTAD detalha os países incluídos nesta estatística com a seguinte nota de rodapé: "Médias não mesuradas. Os dados referem-se ao lucro líquido nacional para os países da OCDE e à renda nacional bruta para outros grupos de países. A América Latina é composta por: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru; A Ásia é

composta por Bahrein, China, Hong Kong (China), Filipinas e República da Coreia; A África é composta por Egito, Quênia, Moçambique, Namíbia, Níger, Senegal, África do Sul e Tunísia; As economias de transição compreendem: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, a antiga República Iugoslava da Macedônia, a República da Moldávia, a Federação Russa, a Sérvia e a Ucrânia; A OCDE é composta por: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos."

28 Ishac Diwan: Dívida como Suor: Trabalho, crises financeiras e a globalização do capital, Banco Mundial 2001, p. 8

29 Robert van der Hoeven: Instituições do mercado de trabalho e desigualdade de renda: Quais são as novas percepções após o Consenso de Washington? (2000) Universidade das Nações Unidas - Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento (UNU-WIDER), p. 13

30 Ver Michael Pröbsting: Der kapitalistische Aufholprozeß em Südkorea und Taiwan; em: Revolutionärer Marxismus Nr. 20 (1996). Uma versão abreviada deste artigo apareceu como "Desenvolvimento Capitalista na Coreia do Sul e Taiwan" em: Trotskista Internacional Nº 21 (1997), <http://www.fifthinternational.org/content/capitalist-development-south-korea-and-taiwan>. Também lidamos com a economia da Ásia Oriental e a luta de classes em Michael Pröbsting: Leste da Ásia: Crise estimula a Revolução; in: Trotskista Internacional nº 25 (1999).

31 Özlem Onaran: Participação do Trabalho em Países em Desenvolvimento na Era da Globalização (2008), Wirtschaftsuniversität Wien & Istanbul Technical University, p. 5

32 Özlem Onaran: Fluxos de Capital, Turbulências e Distribuição: O Caso da Turquia (2007), Universidade Técnica de Istambul, p. 26

33 Julie Froud, Sukhdev Johal, Adam Leaver, Karel Williams: Apple Business Model. Financeirização em todo o Pacífico; Série de papel de trabalho CRESC, Papel de Trabalho nº 111, abril de 2012, pp. 13-14

34 Julie Froud, Sukhdev Johal, Adam Leaver, Karel Williams: Apple Business Model, p. 14

35 Julie Froud, Sukhdev Johal, Adam Leaver, Karel Williams: Apple Business Model, p. 20

36 John Smith: Imperialismo e a Lei do Valor (2011), p. 15

37 OIT: World of Work Report 2011, p. 56

38 OIT: World of Work Report 2011, p. 57

39 OIT: Tendências Globais de Emprego 2011. O desafio de uma recuperação de empregos, Genebra, p. 68

40 Alexei Izyumov e John Vahaly: Rendas trabalhistas vs. capitais nas economias de transição. O que Karl Marx diria? 2011, p. 1, http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_conference_2011/papers/Alexei_Izyumov.pdf

41 Alexei Izyumov e John Vahaly: Rendas trabalhistas vs. capitais nas economias de transição, p. 5